

UM PANORAMA DOS PRIMEIROS PASSOS DA EDUCAÇÃO EM SANTOS/SP SOB O RECORTE ÉTNICO-RACIAL.

Autora: Sandra Regina Pereira Ramos
Orientador: Moysés Kullman Jr.

Universidade Católica de Santos
Sandreregina-seduc@sanots.sp.gov.br

Introdução

Esse estudo apresenta as primeiras impressões advindas da tese de doutoramento ainda em construção que trata da inclusão de crianças negras no processo educacional das escolas na cidade de Santos no pós-abolição até o final da Primeira República. O recorte temporal abrange os 42 anos iniciais de uma política de construção de país “civilizado” e ideais positivistas para a Educação.

Santos, reconhecido reduto do movimento abolicionista do país, se destacou por sua vocação portuária desde sua fundação e teve seu desabrochar vinculado à cultura cafeeira em meados do século XIX. A partir de então, a cidade tornou-se um polo atrativo para trabalhadores braçais, principalmente escravos fugidos das senzalas das fazendas de café do interior paulista. Berço de quilombos, como o do Jabaquara, do Pai Felipe e o quilombo do “Santos Garrafão”, a cidade manteve uma sociedade pautada em relações inter-raciais muito peculiares.

A partir de 1870, com a difusão do movimento abolicionista entre intelectuais, alguns segmentos da sociedade santistas passaram a receber e a proteger os refugiados que chegavam à cidade. As pessoas que participam das lutas pela liberdade em Santos eram intelectuais, ex-escravos, políticos e pessoas comuns que se mobilizaram de forma crescente no processo de abolição. Desde os idos da Independência, o santista José Bonifácio inaugurou a discussão sobre a questão da mão-de-obra escrava no Brasil com sua “Representação contra a escravatura, em 1823”.

As ações dessa parcela da sociedade santista, movidas ou não pela benevolência e pelo humanismo, fez com que todos se unissem em torno do projeto de uma nova sociedade que os aproximasse do mundo “civilizado europeu”.

“É significativo notar que em Santos, a ação abolicionista tenha começado com os esforços das mulheres: já em 1870, Francisca Amália de Assis Faria transformava o quintal da sua casa em refúgio para escravos fugidos. No mesmo ano, em São Paulo, uma senhora santista Ana Benvenida Bueno de Andrada, fundava “A Emancipadora”, uma sociedade dedicada à manumissão de mulheres escravas.”(GITHAY, 1992:126)

Assim, Santos passou a ser conhecida com o epíteto de “Terra da Liberdade”, fato que coincide com o término da Guerra do Paraguai¹ e que impulsionou a fundação dos primeiros clubes abolicionistas.² As razões desse título pode ser justificada por fatores diversos como a oferta de mercado trabalho, a difusão dos ideais abolicionistas difundidos pela população, a ação de grupos de intelectuais e a participação de cidadãos comuns. Mas a vocação para a liberdade³ pode ser questionada a partir das inúmeras denúncias de escravidão disfarçada de

¹ Estima-se que a Guerra do Paraguai tenha contribuído em 20 mil o número de escravos que teriam conseguido a liberdade com a guerra. Lilian Moritz Schwarcz, **As barbas do imperador : D. Pedro II, um monarca nos trópicos**, São Paulo : Companhia das Letras, 1998, pp 306-318.

² A juventude abolicionista de Santos fundou, em 1881, a "Bohêmia Abolicionista", uma agremiação que panfletava na cidade com jornais como "O Embrião", "O Porvir", "O Pirata", "O Patriota" e outros.

³ No brasão da cidade de Santos, o lema gravado no brasão de armas está a frase em latim "Patriam Charitatem et Libertatem Docui", que significa "À pátria ensinei a caridade e a liberdade",. Cunhada pelo historiador Afonso

mão-de-obra livre. Segundo Maria Lucia Caira Gitahy a história da escravidão em Santos faz parte da construção de mitos locais como a exaltação da figura de Brás Cubas, o grande fundador da cidade, ou o episódio da Independência, cujo protagonismo do “Patriarca” José Bonifácio de Andrada e Silva foi essencial para o processo.(GITHAY, 1992:119)

Acompanhando as transformações físicas, matérias e a mentalidade da sociedade santista do final do século XIX e início dos XX constata-se contradições existentes entre os interesses dos diferentes grupos sociais que participaram das lutas pela abolição da escravidão. A história da escravidão em Santos, possui inúmeras facetas, dos quais o acesso à Educação é uma trilha inexplorada para rastrear a transmissão e da construção de valores e culturas. E, o fato de a cidade ser conhecida com “Terra da Liberdade” faz parte dessa “história submersa”, que necessita vir à tona. (GITHAY, 1992: 121). Porém, a herança escravista continuou, e continua, mediando as relações sociais quando estabelece distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual, quando determina habilidades específicas para o negro (samba, alguns esportes, mulatas) e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial.

Metodologia

Inicialmente, optou-se por uma revisão bibliográfica para a familiarização com as pesquisas e os textos que tratam da História da Educação brasileira, em especial, sob o enfoque de questões relacionadas à educação dos negros. Foi realizada também a leitura de dissertações e teses que tinham como palavras-chave a História da Educação brasileira, as questões raciais na esfera educacional e o racismo na sociedade brasileira. Essa abordagem específica foi essencial para o reconhecimento de padrões que constituíram o *modus vivendi* da sociedade da época, bem como o entendimento do contexto histórico que se estabeleceu a partir da libertação oficial dos escravos e o início da República brasileira, diante das relações imbricadas entre brancos e negros numa sociedade racista. Em busca do *corpora* da pesquisa foram delimitadas as fontes que serão preliminarmente analisadas e mapeadas, os mantenedores dos acervos que servirão de subsídios à pesquisa. Para tanto, foi realizada uma investigação em revistas (científicas e para leigos), jornais e manuais acadêmicos a fim de contemplar uma porção representativa de material de estudo. Serão, ainda, utilizadas como principais fontes, além de uma ampla revisão bibliográfica, os documentos das escolas santistas, como fichas de matrícula e apontamento do corpo docente, jornais da época, fotos, imagens e entrevistas.

Resultados

A Educação, como prevista nas legislações federais atuais, é fruto de um processo histórico de conquistas de garantia de direitos com vistas à efetivação da cidadania, transformando a criança em sujeito social de direitos dentre eles o direito à Educação. Para além das normas constitucionais e educacionais, todo cabedal legislativo dedicado à infância considera crianças e adolescentes desconsiderando suas dimensões identitárias, suas origens, pertencimento étnico racial, identidade de gênero, dentre outras. A omissão diante das particularidades que envolvem a formação do “ser” criança é, muitas vezes, perpetuadora do preconceito e a discriminação na sociedade brasileira.

Mesmo aquém do necessário, diante de séculos de invisibilidade, os estudos acadêmicos sobre a diversidade étnica da sociedade brasileira têm se mostrado um veículo para a discussão do racismo que permeia as relações entre brancos e negros. Neste contexto,

d’Escragnolle Taunay, o dizer é representativo dos ideais e da História santista; e alude diretamente à instituição da primeira Santa Casa de Misericórdia do Brasil (Caridade) e às lutas pela Independência (Liberdade).

dentre as temáticas que envolvem tal discussão, a educacional se destaca consideravelmente.(PINTO,1992:41) É o caso de trabalhos como o da pesquisadora Mauricéia Ananias, autora diversas obras e artigos sobre a história da Educação brasileira e da inclusão da população negra no processo de escolarização. Como também de Daniela Fagundes Portela, na obra “Iniciativa de atendimento de crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)”, de 2016, cujo tema aborda o tratamento das crianças que nasceram livres, a partir da Lei do Ventre Livre, discutindo o cerceamento da liberdade da infância negra, que continuava na condição de escravizada.

Na vila de Santos, como em todo o Brasil nos idos coloniais, a educação estava nas mãos das ordens religiosas, em especial dos Jesuítas, que criaram as primeiras casas de formação sacerdotal. Em 1585, era fundado o Colégio dos Jesuítas, também chamado de Colégio São Miguel da Vila de Santos, ficando abandonado após 1640 com a expulsão dos Jesuítas pelo governo português. Com a adoção das “aulas régias”, a partir de 1768, o Estado passou assumir a responsabilidade pela Educação de seu povo, na vila de Santos, em 1801 havia dois professores, sendo um de Gramática Latina e um de primeiras letras (alfabetização).

Com o advento da independência, se intensificaram os concursos para a contratação de professores de gramática e primeiras letras. Os educadores eram fiscalizados pela Câmara, que tinha o papel de intermediar as relações entre os profissionais e o governo da Província, mantenedor financeiro da educação na vila. Ainda no século XIX, surgia a figura do “Inspetor de Distrito”, também conhecido como “Inspetor Literário”, figura responsável por verificar o bom andamento dos trabalhos dos professores e seus resultados junto aos alunos. Entre as suas atribuições, estava a de formular exames e acompanhar o desempenho de professores e alunos. Foi na segunda metade do dezenove que a situação do ensino santista começou a mudar com o surgimento dos primeiros estabelecimentos dedicados ao conhecimento geral, dentre os quais a Escola do Povo (1878). Na cidade de Santos, neste período, as escolas municipais estavam divididas por zoneamento, mesmo funcionando em casa de particulares, é o caso da Escola Pública da 3ª zona da cidade de Santos, que funcionava na residência do Professor Olynto Paes, é o que demonstra o “Mapa de alunos” que data de 1898.

No início do século XX, o novo cenário político e econômico do país evocava a necessidade de educar, moralizar, domesticar e integrar os filhos e filhas de mães negras a partir de um caráter essencialmente higienista e assistencialista. (KUHLMANN JR, 2011). Assim, tornou-se necessário um maior investimento na esfera educacional, exemplo disso foi a fundação da Escola Barnabé, dedicada à educação primária. Inaugurado em 1915, o Grupo Escolar Villa Macuco, iniciou suas atividades com um só período e 450 alunos, mas o número crescente de matrículas, obrigou a escola estadual a ampliar suas instalações e por decreto do governador do Estado, de 22 de agosto de 1922, o nome da instituição de ensino foi trocado para Grupo Escolar “Visconde de São Leopoldo”. O Grupo Escolar Municipal Auxiliadora da Instrução, a partir de 1914, foi a primeira escola municipal de Santos, porém nasceu como Sociedade Filantrópica Auxiliadora, fundada em 30 de agosto de 1878. Seu objetivo era instruir gratuitamente a população.

A Escola Modelo, de 1898, é a instituição particular de ensino mais antiga de Santos ainda em atividade. Seus fundadores, que eram mestres de obras, desejavam fundar uma entidade que pudesse ser beneficente e instrutiva aos operários e seus filhos. Em 1923, a escola passou a atender crianças para o Jardim da Infância. Kuhlman Jr salienta que, no que tange às instituições pré-escolares privadas brasileiras, sua vinculação estava relacionada ao seu público-alvo. O termo “pedagógico” diferenciava o jardim da infância para os ricos dos asilos e creches para os pobres. (KUHLMANN JR, 2011) Tal raciocínio pode ser adotado para analisar as escolas de primeiras letras em Santos, pois outras escolas tuteladas pela sociedade civil foram criadas na cidade com o advento do novo século, como o Colégio Docas, em

1907, que abrigava os filhos dos funcionários da Companhia Docas de Santos e era mantida por uma espécie de associação dos empregados. A Escola Fraternidade, fundada pela Loja Maçônica Fraternidade, em 1917 e oferecia ensino de 1 a 4 séries gratuitamente. Mantida por representantes da comunidade lusitana de Santos, a Escola Portuguesa foi criada em 24 de julho de 1921, tinha como finalidade instruir em auxílio à municipalidade. Entre as escolas religiosas, o Colégio Santista, fundado em 4 de abril de 1904 pela Congregação dos Irmãos Maristas, é o mais antigo. Vale ressaltar que, para uma sociedade reconhecida pelos ideais de liberdade, a herança escravocrata era visível, as dimensões identitárias de raça de gênero definiam o acesso à Educação. Para os meninos brancos, após os seis anos, os colégios religiosos de primeiras letras e um ofício, às meninas brancas a educação era restrita às questões “do lar”. Os meninos e meninas negras, mesmos livres, eram considerados aptos para o trabalho e, a partir dos 12, as meninas negras já serviriam de objeto sexual (MOTT, 1979: 56-57).

Para Kuhlmann Jr., a situação da criança negra no período escravista refletia a vida do escravo adulto, o acesso à educação era uma rara exceção, sempre exposta aos afazeres domésticos e atividades rurais. A falta de cuidado e investimento para com essas crianças justificava o alto índice de mortalidade infantil. (KUHLMANN JR 2011). Neste contexto, em Santos existia escola noturna já em 1898 e, diante do mapa de alunos da Escola Municipal da 3ª zona, a idade dos estudantes variava entre 12 e 14 anos. O que chama a atenção e a inexistência do quesito raça/cor nos documentos oficiais pesquisados até o momento, que não ultrapassam a primeira década do século XX. Porém, essa situação já foi verificada pelo historiador André Rosemberg, em sua obra “Ordem e Burla”, que analisa as ações criminais envolvendo negros e negras e outras ocorrências do cotidiano dos populares na cidade de Santos, no final da década de 1880, (ROSEMBERG. 2006).

Assim, a forma como são tratados os negros e negras pela documentação pesquisada, caso tomemos por base apenas o contexto educacional, verifica-se a “existência” de uma população negra na cidade que só pode ser inferida indiretamente.

Considerações finais

Estudar o negro na sociedade brasileira ainda constitui certo ineditismo, como já abordado anteriormente. A história a ser contada nessa pesquisa se construirá muito mais pelas ausências do que pelo protagonismo, pois depender das informações oficiais veiculadas ao negro e à educação é problemática, visto que à época não era critério qualificador a cor daqueles que ingressavam no ambiente escolar.

Desse modo, as alusões sobre matiz da tez dos personagens “centrais dessa pesquisa” espocam disfarçadamente, em situações excepcionais. De certa forma, tais referenciais tangenciais podem reforçar o trabalho interpretativo, pois sempre portam uma fonte de carga valorativa, uma vez que escapam da pretensa neutralidade dos outros critérios de qualificação.

A inexistência da menção à cor da pele das crianças em diversos documentos oficiais traz à tona muitos elementos que ajudam a realizar uma análise sobre o juízo que diversos estratos da sociedade santista emitiram sobre o negro, bem como lança pistas preciosas sobre a inclusão aos direitos sociais dos escravizados e libertos no Brasil.

Referências bibliográficas

- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*. São Paulo, Summus, 2000.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte, *Uma cidade na transição Santos: 1870-1913*. São Paulo, Editora Hucitec Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- GITHAY, Maria Lúcia C., *Ventos do Mar, São Paulo*, Ed. UNESP, 1992. .

MUNANGA, Kabenguele e GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global/ Ação Educativa, 2000.

KUHLMANN JR., M. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2011.

_____. *Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922)*. Cadernos de pesquisa. São Paulo: v 78, 1991.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Fonte Inventário dos jornais de Santos: 1849-2000*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

MOTT, Maria Lúcia. A criança escrava na literatura de Viagens. *Cadernos de pesquisas da Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: n.31, p. 56-57, 1979.

PINTO, Regina Paim. “Raça e educação: uma articulação incipiente” in *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 80, 1992.

PORTELA, Daniela Fagundes. “Iniciativa de atendimento de crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)”, Jundiaí: Paco Editorial. 2016.

ROSEMBERG, André. *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, na década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006

Fontes documentais

- Fundação Arquivo e Memória. Instituição que trabalha no gerenciamento dos arquivos públicos da Prefeitura de Santos e com a memória documental e iconográfica da Cidade, garantindo a salvaguarda, a preservação e a disseminação desse patrimônio. Possui os seguintes acervos:

Repertório de Documentos para a história da escravidão. (1855-1888)

50 anos de Código de Postura de Santos. (1847-1897)

Inventário Fundo Câmara Municipal de Santos.

Documentação da Secretaria Municipal de Educação de Santos.

- Hemeroteca Municipal *Roldão Mendes Rosa*. Como acervo possui, de interesse para a pesquisa, o primeiro jornal publicado na cidade de Santos, conhecido como Revista Comercial, de 1848.

- Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Atua como importante centro de cultura e intelectualidade, mantendo sob sua proteção inúmeros acervos, desde livros (cerca de 20 mil volumes até 2012), a Coleção de Revistas “Eu sei tudo” e o Almanaque Santista.

- Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos. Mantenedora da primeira escola instalada em Santos, a “Escola do Povo”. Também possui exemplares de jornais como o *Jornal da Noite* e *Gazeta do Povo*, que circularam na década de 20 do século passado, e o jornal *Praça de Santos*, que circulou da década de 30 do século passado.

- Acervo Documental do Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Possui exemplares e microfimes de jornais santistas, como o de *A Tribuna A Tribuna*, de 1894.

- Arquivo do Estado de São Paulo. Possui exemplares dos jornais *O Buscapé*, de 1875; *Cidade de Santos*, de 1898 a 1912; *Diário de Santos*, de 1904 a 1917; *Gazeta de Santos*, de 1876; *Gazetinha*, de 1886; *A Tesoura*, de 1876.